



Abnahme der 24.06.2024
AC





EPALVITO

Escola Profissional de Alvíto

- i) A data, hora e local do sorteio a realizar nos termos do número anterior serão notificadas, com o Relatório Final, aos concorrentes graduados em primeiro lugar;
- ii) Do sorteio realizado será lavrada uma ata, a qual será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais;
- iii) Após a realização do sorteio será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação o, anexando-se ainda a ata do sorteio.

7. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA:

- a) Documento de compromisso de aceitação do conteúdo do caderno de encargos (c.f modelo constante do Anexo A);
- b) Documento de compromisso dos termos em que o concorrente se dispõe a contratar (c.f modelo constante do Anexo B);
- c) Documento de aceitação da jurisdição de centro de arbitragem institucionalizado (c.f modelo constante do Anexo C);
- d) O preço unitário para todos os bens, bem como o valor total da proposta, para o Lote a que concorre, devem ser apresentados em euros, com duas casas decimais a preencher no Mapa de quantidades disponível na plataforma eletrónica;
- e) Memória descritiva com as características técnicas dos equipamentos a fornecer e indicação da marca;
- f) Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis;
- g) Os fornecedores podem concorrer a todos e qualquer um dos lotes referidos, devem no entanto, apresentar obrigatoriamente, proposta para o fornecimento de todos os artigos, sob pena da proposta ser excluída;
- h) Os documentos que integrem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sendo que, poderá ser admitida a sua apresentação em língua estrangeira, desde que devidamente acompanhados de tradução devidamente certificada, que prevalece sobre os respetivos originais;
- i) Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis.

8. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- a) Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> em cujo assunto deve indicar a referência e a designação do procedimento.
- b) Os documentos referidos no ponto 7 devem ser assinados pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes e obedecer aos requisitos técnicos referidos na alínea a) do n.º 3 da Portaria 469/2009, publicada em Diário da República 1.ª Série - N.º 87, de 6 de Maio (formato pdf).

9. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS:

1. A proposta deverá ser apresentada até às 23:59h do décimo quinta dia (15 dias) seguinte ao envio do convite.
2. Os concorrentes, em função do acesso à internet que dispõem, devem prever o tempo necessário para a introdução das propostas e demais documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrônica.

10. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período mínimo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação de propostas.

11. PROPOSTAS VARIANTES E NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- a) Não são admitidas propostas variantes.
- b) As propostas não serão objeto de negociação.

12. MODO DE PRESTAÇÃO E VALOR DA CAUÇÃO:

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP não é exigida a prestação de caução no âmbito do presente procedimento.

13. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

1. Os documentos de habilitação previstos para a presente formação de contrato devem ser apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação no endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>
2. Os documentos a que se refere o número anterior são os seguintes:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP (c.f modelo constante do Anexo D);



EPALVITO

Escola Profissional de Alvito

b) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para a Segurança Social Portuguesa emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social ou a indicação do Número de Identificação Fiscal (NIF) e do Número de Identificação da Segurança Social (NISS) de maneira a proceder-se à consulta na plataforma da Segurança Social (<http://www.seg-social.pt>), ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais e no qual se situe o seu estabelecimento principal, conforme previsto na alínea d) do artigo 55.º do CCP;

c) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, de acordo com o previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de Setembro, ou a indicação do consentimento para consulta da situação contributiva na plataforma da administração fiscal (<http://e-financas.gov.pt>), ou se for o caso, no Estado em que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, de acordo com a alínea e) do artigo 55.º do CCP;

d) Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP.

e) Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), preenchimento de declaração feito, através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-BeneficiarioEfetivo>, de acordo com os art.ºs 36.º e 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, conjugadas com as Portarias n.ºs 233/2018, de 21 de agosto e n.º 200/2019, de 28 de junho (Estão dispensadas da apresentação do RCBE as entidades em nome individual).

3. Nos casos previstos no n.º 2 do artigo 86.º do, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para que este, no prazo de 5 (cinco) dias, se pronuncie, por escrito, sobre o sucedido.

4. A adjudicação caduca se, por facto imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação.

14. CONTRATO:

1. O contrato deverá ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado de papel nos termos do artigo 96.º do CCP.

2. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da aceitação da minuta do contrato.



EPALVITO

Escola Profissional de Alvito

3. As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

4. Para efeitos de verificação das habilitações para a outorga do contrato o adjudicatário deve apresentar, juntamente aos documentos de habilitação, os seguintes documentos:

a) Certidão de teor do pacto social da empresa onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada ou a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente na plataforma Portal da Empresa (<http://www.portaldaempresa.pt>);

b) Documentos comprovativos da identidade dos outorgantes que têm poderes para obrigarem a entidade adjudicatária, nomeadamente:

i) cartão de identificação de pessoa coletiva ou de empresário em nome individual;

ii) cartão de cidadão ou bilhete de identidade;

iii) número fiscal de contribuinte.

15. LOCAL DE CONSULTA DO PROCESSO:

O processo encontra-se patente na Escola Profissional de Alvito, Rua da Maceira s/n, 7920-037 Alvito, onde pode ser consultado, durante as horas normais de expediente, até à data da entrega das propostas. O referido serviço funciona de segunda à sexta-feira, das 9:00h às 17:00h.

16. PROTEÇÃO DE DADOS

1. As partes obrigam-se durante o procedimento concursal, a vigência do contrato e após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar todos e quaisquer elementos ou informações que tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenham tido conhecimento por força do presente contrato.

2. Os dados pessoais a que o adjudicatário tenha acesso ao abrigo do presente contrato serão tratados na estrita observância com as instruções da Escola Profissional de Alvito e nos termos do Regulamento de Proteção de Dados.

3. O adjudicatário compromete-se a não copiar, reproduzir, adaptar, difundir, transmitir ou divulgar quaisquer informações ou dados referentes a terceiros que tenha tido conhecimento por força do presente contrato.



EPALVITO

Escola Profissional de Alvito

17. ANEXOS:

1. Caderno de encargos respeitante ao processo em causa;
2. Anexo I;
3. Anexo A;
4. Anexo B;
5. Anexo C;
6. Anexo D;

Alvito, ____ de _____ de 2024.

O Procurador da Direção
António Joaquim Heitor Coelho

